

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

43 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 8 a 12/6/2020):

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E FUNDO DE RECUPERAÇÃO	1
Debates	1
Previsões Económicas	2
2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON)	2
Comissão para o Desenvolvimento Regional (REGI)	3
Comissão do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO)	3
Transportes e Turismo (TRAN)	4
3. COMISSÃO EUROPEIA DESINFORMAÇÃO	4
4. BREXIT- RELAÇÕES FUTURAS	4
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião dos Ministros da Agricultura	5
Reunião dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento	5
Reunião dos Ministros do Emprego e Assuntos Sociais	5
Reunião dos Ministros da Economia e Finanças	6
Reunião dos Ministros responsáveis pelo Comércio	6
Reunião do Eurogrupo	6
Reunião dos Ministros da Saúde	6
Reunião dos Ministros do Mercado Interno e Indústria	7
6. PROGRAMA DO TRIO DE PRESIDÊNCIAS	7
7. NATO - REFLEXÃO SOBRE O FUTURO 2030	7
8. OUTROS ASSUNTOS	8
Reunião dos Ministros dos Assuntos Europeus dos Países do Sul da UE	8
Ajudas de Estado - TAP	8
Economia azul	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E FUNDO DE RECUPERAÇÃO

Debates

As [propostas](#) da [Comissão Europeia](#) para o [plano de recuperação](#) e para o [orçamento da UE \(Quadro Financeiro Plurianual 2021-27\)](#), continuam a ser analisadas, tendo em vista uma primeira discussão política de fundo ao nível dos líderes no [Conselho Europeu de 18 e 19 de junho \(videoconferência\)](#).

Disponibilizamos um [quadro comparativo da proposta inicial \(2018\) e da atual iniciativa da Comissão](#) e uma [análise preliminar do PE sobre a nova proposta da Comissão](#), onde estão detalhadas as várias tabelas comparativas entre as propostas negociais apresentadas, especificadas por programas.

O [Conselho ECOFIN](#) (Economia e Finanças) do dia 9 de junho (cfr. Ponto 5 *infra*) debateu as principais linhas destas propostas e, segundo o que foi possível apurar, **subsistem ainda bastantes diferenças entre os Estados-Membros**: por exemplo, *Roménia, Alemanha, França, Itália, Polónia e Grécia* apoiam o **volume global**, enquanto os *Países Baixos, a Dinamarca, a Áustria, a Suécia, a Chéquia e a Finlândia* defendem a sua limitação. Por outro lado, alguns países sustentam que devem ser usados os **indicadores pré-pandemia** (*Alemanha, Polónia e Espanha*), outros preferem que o enfoque seja no **impacto da crise**, nomeadamente *Lituânia, Bélgica, Eslováquia, Irlanda, Hungria, Malta, Bulgária, França, Portugal, Estónia, Itália, Áustria, Grécia, Chéquia, Suécia e Finlândia*. Finalmente, é conhecida a divisão entre os que consideram que o plano de recuperação deve ser baseado em **subvenções** (*Bélgica, Chipre, Itália, Grécia*, e.g.) e os que consideram que o essencial devem ser **empréstimos** (*Países Baixos, Dinamarca, Áustria, Suécia e Finlândia*). Portanto, existe [uma longa negociação pela frente](#).

Um dos pontos mais debatidos no âmbito do fundo de recuperação é o aumento temporário do **limite máximo dos recursos próprios**, que será de 2,00% do rendimento nacional bruto da UE. Neste sentido, a **Comissão publicou esta semana uma [nota explicativa sobre esta alteração à Decisão sobre os recursos próprios](#)**, na qual detalha a [arquitetura do sistema proposto](#) (o [montante máximo do financiamento](#), que não fará parte do orçamento da UE, e o reembolso dos montantes a partir de 2028 e até 2058, através de futuros QFP), bem como a **base legal** (Artigo 122.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE - TFUE) para a criação do Instrumento de Recuperação e a [margem que os Tratados, designadamente o Artigo 311.º do TFUE, conferem à União para se dotar dos meios necessários para cumprir os seus objetivos](#). Além disso, enfatiza a compatibilidade desta proposta com o princípio da disciplina orçamental (n.º 4 do Artigo 310 do TFUE) da UE e clarifica que estes montantes financiados nos mercados (750 mil milhões de euros) **não constituem recursos próprios** da UE, mas sim uma categoria de nova de **“outras receitas”** (n.º 2 do Artigo 311.º do TFUE). O facto de a Comissão ter decidido clarificar estes aspetos poderá ser indicador de que serão [objeto de uma discussão mais aprofundada nas próximas semanas](#).

É de recordar que esta decisão sobre os recursos próprios tem, como a própria Comissão Europeia o define, uma natureza *quasi-constitucional*, dado que **terá de ser ratificada por todos os Estados-Membros até dia 31 de dezembro de 2020**. Com efeito, e contrariamente ao que sucedeu relativamente às anteriores decisões sobre recursos próprios, em que a [ratificação poderia ocorrer após a entrada em vigor provisória e aplicar-se retroactivamente](#)¹, no caso atual tal não será possível por [duas razões fundamentais](#): i) o **ajustamento que teve de ser feito no**

¹ Sempre que é definido um novo Quadro Financeiro Plurianual, é aprovada - em paralelo - uma nova decisão sobre os recursos próprios para o período temporal em questão. A título de exemplo, e no que diz respeito ao [processo de ratificação nacional](#) da decisão atualmente em vigor, esta foi [adotada pelo Conselho da UE a 26.05.2014](#), submetida à AR no dia 04.05.2015 e a [resolução que aprova](#) foi publicada em DR no dia 7.10.2015.

tecto máximo dos recursos próprios, primeiro para acomodar o facto de existir menos um Estado-Membro (Brexit) e agora para aumentar esse tecto para obter o *headroom* necessário para financiar o *Next Generation EU*; ii) porque a **Comissão**, para este efeito, **tem de adquirir legalmente a capacidade para conceder os empréstimos e subvenções** em nome da UE no âmbito deste instrumento. Esta semana, participámos num [briefing com os Serviços a Comissão Europeia](#) (apresentação disponível) sobre o instrumento de recuperação, onde este ambicioso calendário foi uma das questões mais debatidas. tendo em vista a ativação do fundo a partir de 1 de janeiro de 2021:

TIMELINE



Previsões Económicas

Com relevância política e económica para este debate, damos nota de que a [OCDE publicou esta semana](#) as suas [projeções económicas](#) (economic outlook), onde considera que ***“A economia mundial enfrenta um difícil caminho para a recuperação”***. Perante a perspetiva reduzida de existir uma vacina este ano, e dada a incerteza sem precedentes, a OCDE adotou a medida incomum de apresentar dois cenários igualmente prováveis – um no qual o vírus fica sob controlo e outro no qual ocorre um segundo surto mundial antes do final de 2020. Deste modo, *“se se verificar um segundo surto que provoque um regresso aos confinamentos (...)” a economia mundial terá uma diminuição de 7,6% este ano, antes de voltar a aumentar para 2,8% em 2021.* e *“a taxa de desemprego nas economias da OCDE seria mais do dobro da taxa anterior à pandemia”*. Sobre a Europa, a OCDE estima que, *“se ocorrer uma segunda vaga, o PIB da área do euro diminuirá 11,5% este ano, e mais de 9% mesmo que se evite uma segunda vaga”*.

Por seu lado, o [Peterson Institute for International Economics \(PIIE\)](#) publicou, esta semana, uma [análise sobre a combinação de políticas económicas, fiscais, sociais e de promoção de emprego](#) que os Governos deverão implementar para a nova fase que se inicia.

2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

No dia [8 de junho](#), teve lugar um [diálogo monetário com a Presidente do BCE, Christine Lagarde](#). O PE havia preparado um [briefing de enquadramento deste diálogo](#), cuja consulta é útil, tendo a reunião discutido as recentes [decisões de política monetária do BCE](#) na resposta à crise da

COVID-19, tendo igualmente sido abordado o [acórdão](#) do Tribunal Constitucional alemão sobre o [Public Sector Purchase Programme \(PSPP\)](#)² (cfr. [Síntese n.º 38](#)).

Na sua [intervenção inicial](#), C. Lagarde **defendeu a eficácia e o caráter proporcional do [Pandemic Emergency Purchase Programme \(PEPP\)](#)** enquanto medida de política monetária essencial para a estabilidade da zona euro no contexto da crise COVID-19, assinalando que “*circunstâncias extraordinárias requerem medidas extraordinárias*”, afirmando que está a agir dentro do mandato do Banco que é, venceu, **a estabilidade dos preços, mas também apoiar as políticas económicas da UE**. Destacamos que o BCE [publicou no seu blog uma análise detalhada da fundamentação e racional deste Programa](#), cuja consulta se recomenda..

No que diz respeito à decisão do TC alemão, manifestou expectativa de que seja “*encontrada uma boa solução*” entre o Tribunal e as autoridades alemãs, indicando a disponibilidade do BCE para prestar a necessária assistência que o Bundesbank venha a solicitar, “*sem comprometer a independência do BCE*” nem o primado do direito da UE.

Comissão para o Desenvolvimento Regional (REGI)

A Comissária responsável pela Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, fez uma [apresentação sobre as novas propostas da Comissão neste domínio](#) aos Deputados da Comissão REGI, num [debate](#) onde se enfatizou que a [coesão deve estar no centro do plano de recuperação](#).

A Comissária destacou as várias iniciativas neste âmbito, nomeadamente o [REACT-EU](#), que dá continuidade e amplia as medidas adotadas no quadro da [Coronavirus Response Investment Initiative](#) e da [Coronavirus Response Investment Initiative Plus](#), disponibilizando cerca de 55 mil milhões de fundos adicionais no atual período de programação 2020-2022. Além disso, o novo [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) pretende disponibilizar apoio financeiro em larga escala às reformas e investimentos dos Estados-Membros (310 mil milhões em subvenções e 250 mil milhões em empréstimos). Finalmente, a Comissão propõe, no âmbito do QFP 2021-27, reforçar o [Fundo para a Transição Justa](#) para 40 mil milhões (a proposta inicial era de 10 mil milhões).

Comissão do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO)

A Comissão IMCO teve uma [troca de impressões com o Comissário Didier Reynders](#), que deu nota da **intenção da Comissão Europeia de apresentar, em novembro, uma Comunicação sobre a nova Agenda para os Consumidores** que reflita os desafios da transição digital e ecológica, bem como as vulnerabilidades dos consumidores. Em seguida, a Comissão adotará, em meados de 2021, **três propostas legislativas** sobre o fortalecimento da proteção dos consumidores na transição verde, a revisão da diretiva sobre a segurança dos produtos e a diretiva do crédito ao consumo.

² Programa de compra de ativos do setor público em mercados secundários, disponível [aqui](#).

Transportes e Turismo (TRAN)

Aprovou, em [segunda leitura](#), a **reforma do setor dos transportes rodoviários**, que incide na melhoria das condições de trabalho dos condutores, em regras mais claras para o destacamento de trabalhadores e melhor aplicação das normas para combater práticas ilegais.

3. COMISSÃO EUROPEIA | DESINFORMAÇÃO

A Comissão e o Alto Representante publicaram esta semana a [avaliação das medidas tomadas para lutar contra a desinformação que rodeia a pandemia de coronavírus](#), propondo a via a seguir nesse contexto, no seguimento do mandato conferido pelo Conselho Europeu em [março de 2020](#). A pandemia foi acompanhada por uma enorme vaga de informações falsas e enganosas, incluindo tentativas externas de influenciar os cidadãos e os debates em curso na UE.

Com efeito, a crise da COVID-19 tornou-se um caso de estudo que mostra a forma como a UE e as suas sociedades democráticas lidam com os [desafios da desinformação](#) e esta [comunicação conjunta](#) analisa a resposta imediata e propõe [ações concretas](#) que poderão ser rapidamente postas em prática:

- **Comunicar:** a Comissão tem vindo a refutar [alguns mitos em torno do coronavírus](#) em sítios que foram consultados mais de 7 milhões de vezes e o [grupo de trabalho East Stratcom do Serviço Europeu para a Ação Externa](#) já detetou e denunciou no [sítio Web EUvsDisinfo](#) mais de 550 narrativas de desinformação provenientes de fontes pró-Kremlin;
- **Transparência:** A Comissão tem acompanhado de perto as ações das plataformas em linha, no âmbito do [código de conduta sobre a desinformação](#), concluindo que são necessários esforços adicionais e uma maior transparência e responsabilização. O [recentemente criado](#) Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais continuará a reforçar o seu apoio aos verificadores de factos;
- **Assegurar a liberdade de expressão e o debate democrático** e pluralista é fundamental e a crise demonstrou o carácter essencial do serviço prestado pelos meios de comunicação social livres e independentes.. A UE irá [reforçar o seu apoio](#) aos jornalistas e aos [meios de comunicação social](#) independentes, na UE e no resto do mundo.

4. BREXIT- RELAÇÕES FUTURAS

Após a [4.ª ronda negocial sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido \(RU\)](#), as posições parecem estar substancialmente afastadas.

A Biblioteca da Câmara dos Comuns disponibilizou um [quadro muito detalhado com o sumário das posições negociais das duas partes](#) nos diversos dossiês em negociações (pescas, ajudas de Estado, comércio de bens e serviços, *level playing field*, cooperação judicial e policial, etc), e um [sumário abrangente sobre toda a negociação](#) e os textos jurídicos e políticos em discussão.

No [dia 15 de junho](#), terá lugar uma **Conferência de Alto Nível** entre as duas partes para fazer o balanço das negociações, sendo o dia 1 de julho a data-limite para acordar [uma eventual prorrogação do período de transição](#) previsto no [Acordo de Saída](#), que termina a 31.12.2020. Caso contrário, terá lugar uma [saída sem acordo](#). **A este respeito, o Institute for Government apresentou um estudo sobre as possibilidades de obter uma extensão do**

período de transição, destacando a necessidade de dar às empresas o tempo necessário para a adaptação a esse *no deal Brexit*.

No dia 10 de junho, Michel Barnier proferiu um discurso no Comité Económico e Social da UE, em que, numa nota mais positiva, referiu que a UE está disponível para “*acelerar*” as negociações comerciais e “*encontrar*” *soluções*, sugerindo que, a partir de julho, possam ter reuniões semanais em formato restrito, para acompanhar os progressos negociais.

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros da Agricultura

Realizada a 8 de junho, analisou a Estratégia “do prado ao prato” e a Estratégia de biodiversidade, recentemente adotadas pela Comissão Europeia, com base numa nota de enquadramento da Presidência, tendo sido destacada a ambição de reforçar o papel dos agricultores na cadeia de abastecimento e a necessidade um orçamento ambicioso. Existe alguma apreensão pela possível redução da competitividade dos agricultores da UE no mercado mundial pelos limites impostos à utilização de pesticidas e antibióticos. Finalmente, os ministros concordaram com a importância do Pacto Ecológico Europeu, mas reconheceram que existiam diferenças significativas nas posições iniciais dos Estados-Membros, e que deveriam ser evitadas abordagens uniformes.

Reunião por videoconferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento

Teve lugar a 8 de junho, para debater os progressos realizados na implementação do pacote Equipa Europa, lançado em abril de 2020 para apoiar os países parceiros na luta contra a pandemia de COVID-19 e as suas consequências socioeconómicas, registando-se o anúncio de que o montante mobilizado ascende agora a quase 36 mil milhões de euros. Antes do debate, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, informou os ministros sobre o papel desta organização durante a pandemia de COVID-19 para assegurar a coordenação e a assistência a nível mundial aos países mais vulneráveis. No tocante às “Questões da atualidade”, os ministros foram postos ao corrente do estado atual das negociações de uma nova parceria UE-OEACP após 2020.

Reunião por videoconferência dos Ministros do Emprego e Assuntos Sociais

Os Ministros reuniram-se a 9 de junho, tendo o debate sido centrado na recuperação e sobre a forma de tornar as políticas nacionais em matéria de emprego e de assuntos sociais mais sólidas e os mercados de trabalho mais resilientes, a fim de superar as consequências da pandemia. O debate foi estruturado em torno das seguintes perguntas preparadas pela Presidência:

- *Durante a crise do COVID-19, recorreu-se amplamente a regimes de trabalho flexíveis, como o teletrabalho, os horários de trabalho flexíveis e as tecnologias TIC inovadoras. A sua utilização no futuro seria económica e socialmente benéfica a longo prazo?*
- *Quais são os seus planos em matéria de melhoria das competências e de requalificação, tendo em conta as mudanças que a COVID-19 trouxe ao mundo do trabalho, no contexto da transição digital e da transição para a economia verde?*
- *De que forma está a abordar a proteção e a promoção da igualdade de género, especialmente no que se refere aos grupos vulneráveis?*

Os ministros sublinharam que a crise da COVID-19 tinha gerado sérios desafios no emprego e na política social, com consequências em termos de isolamento social, proteção de dados, saúde e proteção dos trabalhadores. No que diz respeito à radical transformação dos padrões de trabalho, muitas delegações salientaram a necessidade de prosseguir o diálogo com os parceiros sociais.

O Comissário Nicolas Schmit deu nota, na conferência de imprensa, que a maioria dos Estados-Membros haviam **finalizado os processos nacionais de adoção do SURE**. Referiu, ainda, que existe a expectativa de que, em julho, o procedimento esteja completo e o instrumento pronto a ser ativado, dado que 11 Estados-Membros já solicitaram a sua utilização.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Economia e Finanças

Reunidos a [9 de junho](#), foi dedicada a uma troca de pontos de vista com a Comissão sobre a estrutura do **plano de recuperação da Europa**. Os ministros salientaram a importância de utilizar fundos para alcançar objetivos estratégicos comuns, tendo abordado igualmente questões relacionadas com a dimensão global do instrumento de recuperação, a natureza e os critérios de atribuição dos fundos ou o quadro de governação.

Reunião por videoconferência dos Ministros responsáveis pelo Comércio

Teve lugar a [9 de junho](#), tendo os Ministros debatido questões relacionadas com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a [Política Comercial da UE](#), nomeadamente as disrupções no sistema multilateral de comércio causadas pela COVID-19. Foi abordada a designação do próximo Diretor-Geral da OMC, a partir de 1 de setembro de 2020, em particular a necessidade de ser alguém com um perfil de apoio ao multilateralismo e da agenda comercial global.

Reunião por videoconferência do Eurogrupo

Teve lugar a [11 de junho](#), tendo [debatido](#) (em formato habitual - zona euro) a União Bancária, com a audição do presidente do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu (BCE) e da presidente do Conselho Único de Resolução (CUR). Por outro lado, o Eurogrupo redefiniu as prioridades do seu trabalho à luz da pandemia de COVID-19 e deverá aprovar um [programa de trabalho, de curto prazo, revisto](#). Em formato inclusivo (UE 27), os ministros trocaram opiniões sobre a situação económica e as necessidades de recuperação.

Finalmente, e dado que o atual Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, [termina o seu mandato a 13 de julho](#), foi desencadeado o procedimento para a designação do próximo titular deste cargo. Neste âmbito, têm surgido sinais sobre **a pertinência de uma reflexão sobre o papel do Eurogrupo e o papel que tem desempenhado**, seja a nível da [academia](#) ou da [recente opinião do Advogado-Geral do TJUE](#) sobre a natureza deste órgão informal.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Saúde

Teve lugar a [12 de junho](#), e foi dedicada uma primeira troca de impressões sobre a proposta legislativa apresentada pela Comissão Europeia para um novo programa reforçado no domínio da saúde, o programa UE pela Saúde ([EU4Health](#)), com base numa [nota da Presidência](#). Este programa prevê um orçamento cerca de 25 vezes superior ao do atual programa de saúde (que para o período de 2014-2020 ascende a 450 milhões de euros).

Reunião por videoconferência dos Ministros do Mercado Interno e Indústria

Teve lugar a [12 de junho](#), tendo os Ministros debatido questões relacionadas com as transições digitais e ecológica, bem como o fortalecimento das cadeias de valor estratégicas na UE.

6. PROGRAMA DO TRIO DE PRESIDÊNCIAS

Portugal exercerá, no primeiro semestre de 2021, a Presidência do Conselho da União Europeia, integrando um [trio de Presidências](#) com a Alemanha (segundo semestre de 2020) e a Eslovénia (2.º semestre de 2021). Neste âmbito, é **elaborado pelos três países um programa do trio**, com as principais prioridades que acordam ser as mais salientes para os 18 meses que dura este exercício. O [programa do trio](#) deverá ser **endossado no Conselho de Assuntos Gerais do dia 16.06**, antes da aprovação à margem do Conselho Europeu de 18 e 19 de junho. As três Presidências reforçam a importância de **chegar a acordo sobre o QFP 2021-27**, incluindo nos regulamentos setoriais, **a determinação da relação futura entre a UE e o Reino Unido após o Brexit** e as propostas incluídas no programa de trabalho revisto da Comissão para 2020.

As quatro prioridades temáticas são as seguintes:

*i) **Proteção dos cidadãos e das liberdades:*** destaque para o [Pacto sobre Asilo e Migrações](#), Estado de Direito, o Plano de Ação para a Democracia Europeia, que a Comissão Europeia apresentará, bem como as ações para combater a desinformação e resiliência contra ciberataques;

*ii) **Desenvolver a nossa base económica:*** o modelo europeu para o futuro: fortalecimento do Mercado Interno, apoio às PMEs, identificação de cadeias de valor estratégicas Política de Coesão efetiva e flexível, aprofundamento da União Económica e Monetária e Legislação sobre Serviços Digitais e Proteção dos Consumidores;

*iii) **Construir uma Europa neutra em termos climáticos, verde, justa e social:*** Europa neutra em termos climáticos e verde até 2050; será organizada, uma Cimeira Social da UE, em maio de 2021.

*iv) **Promover os interesses e os valores da Europa no mundo:*** Relação transatlântica, Cimeira UE-China sobre Presidência alemã (sem data) e, sob Presidência portuguesa, terá lugar uma Cimeira UE-Índia, em maio de 2021.

7. NATO - REFLEXÃO SOBRE O FUTURO 2030

O Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, lançou esta semana a [reflexão estratégica sobre futuro da Aliança com o horizonte de 2030](#), solicitada na [Cimeira da NATO de dezembro de 2019](#). O Secretário-Geral nomeou um [grupo de 10 peritos](#) para o apoiar nesta missão, num processo de pensamento estratégico que envolverá vários participantes e actores ao longo dos próximos meses. No [lançamento do projeto](#), Jens Stoltenberg referiu que a NATO deve continuar a “*ser forte militarmente, mais unida politicamente e adotar uma abordagem global mais abrangente*”, o que inclui um diálogo mais estruturado com vários parceiros internacionais, [nomeadamente a China](#).

8. OUTROS ASSUNTOS

Reunião dos Ministros dos Assuntos Europeus dos Países do Sul da UE

Os Ministros dos Assuntos Europeus da Grécia, Chipre, França, Itália, Malta, Portugal e Espanha reuniram-se por videoconferência, a 4 de junho, e adotaram uma [Declaração Conjunta](#).

Ajudas de Estado - TAP

A Comissão Europeia [aprovou os planos do governo português para conceder um empréstimo de emergência de 1 200 milhões de euros](#) à TAP.

Economia azul

A Comissão Europeia adotou o [2020 Blue Economy Report](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Terá lugar uma [sessão plenária entre os dias 17 e 19](#), destacando: [QFP e o fundo de recuperação, relações futuras entre a UE e o Reino Unido](#), a posição do PE relativa à [Conferência sobre o Futuro da Europa](#) bem como [Hong Kong](#). Será, ainda, [votada a criação](#) uma [subcomissão dos assuntos fiscais](#), uma [comissão de inquérito sobre o transporte de animais](#) e [comissões especiais sobre cancro, desinformação e inteligência artificial](#).

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio está [agendada para 17 de junho](#), estando prevista a adoção da [Estratégia da UE para o desenvolvimento de uma vacina para a COVID-19](#).

Conselho da União Europeia

- 15 de junho: [Videoconferência dos Ministros da Energia](#), [Videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros](#), e [Videoconferência dos Ministros da Coesão](#)
- 16 de junho: [Videoconferência dos MNEs \(Defesa\)](#) e [Videoconferência informal dos ministros dos Assuntos Europeus](#)
- 18 de junho: [Cimeira por videoconferência da Parceria Oriental](#)
- 19 de junho: [Videoconferência dos membros do Conselho Europeu](#)

Bruxelas | 12 de junho de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).